

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: DIÁLOGOS ENTRE CAIO PRADO JR., CELSO FURTADO, FLORESTAN FERNANDES E IGNÁCIO RANGEL

NOGUEIRA, Leandro Mendes¹

Recebido (Received): 09-08-2020 Aceito (Accepted): 18-01-2021

Como citar este artigo: NOGUEIRA, L. M. Industrialização brasileira: diálogos entre Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes e Ignácio Rangel. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 29-45, 2021.

Resumo

Há um diálogo tácito entre grandes intérpretes do Brasil, nem sempre visível num primeiro olhar. Por exemplo, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes e Ignácio Rangel, apesar de analisarem a sociedade brasileira a partir de fundamentações teóricas distintas, produzem obras que possuem uma agenda com questionamentos parecidos que dialogam entre si – em especial, acerca de alguns temas sobre o desenvolvimento brasileiro. Neste artigo, faremos a análise de alguns elementos de convergência e divergência das interpretações dos autores sobre a industrialização brasileira, com o intuito de trazer à tona conexões entre eles e, ao mesmo tempo, situar as contribuições que oferecem à compreensão dessa industrialização. Para tanto, utilizaremos obras fundamentais desses autores, sendo estas: *A revolução brasileira* (2004), de Caio Prado Jr.; *Formação econômica do Brasil* (2003) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), de Celso Furtado; *A revolução burguesa no Brasil* (1975) e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008), de Florestan Fernandes; e as *Obras reunidas* (2005), de Ignácio Rangel.

Palavras-chave: Industrialização Brasileira. Caio Prado Júnior. Celso Furtado. Florestan Fernandes. Ignácio Rangel.

BRAZILIAN INDUSTRIALIZATION: DIALOGUE OF CAIO PRADO JR., CELSO FURTADO, FLORESTAN FERNANDES AND IGNÁCIO RANGEL

Abstract

There is an unspoken dialogue between greatest thinkers in Brazil not always visible at first glance. For instance, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, and Ignácio Rangel despite their analysis of Brazilian society from distinct theoretical foundations, have produced works which have an agenda of similar questions in dialogue with each other, in particular on some issues on Brazilian development. In this article, we will analyze convergence and divergence elements of the authors' interpretations their interpretations on Brazilian industrialization, in order to bring out connections between them and, at the same time, place their contributions to the understanding of this industrialization. To this end, we shall use key works by these authors, being these: *A revolução brasileira* (Brazilian Revolution) (2004) by Caio Prado Jr.; *Formação econômica do Brasil* (Economic Formation in Brazil) (2003) and *O mito do desenvolvimento econômico* (The Economic Development Myth) (1974) by Celso Furtado; *A revolução burguesa no Brasil* (Bourgeois Revolution in Brazil) (1975) and *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (Classes Society and Underdevelopment) (2008) by Florestan Fernandes; and Ignácio Rangel's *Obras reunidas* (Collected Works) (2005).

Keywords: Brazilian Industrialization. Caio Prado Júnior. Celso Furtado. Florestan Fernandes. Ignácio Rangel.

INDUSTRIALIZACIÓN BRASILEÑA: DIÁLOGOS ENTRE CAIO PRADO JR., CELSO FURTADO, FLORESTAN FERNANDES E IGNÁCIO RANGEL

¹ Graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), também da USP. E-mail: leandromenog@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0177-9816>.

Resumen

Hay un diálogo tácito entre grandes intérpretes de Brasil, aunque esto no siempre esté visible en una primera mirada. Por ejemplo, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes e Ignácio Rangel, quienes analizan la sociedad brasileña desde fundamentos teóricos distintos, y cuyas obras, inclusive, poseen una agenda de cuestionamientos que dialogan entre sí -n especial, hay una preocupación común acerca de algunos temas sobre el desarrollo brasileño. En este artículo, vamos a analizar algunos elementos de convergencia y divergencia entre las interpretaciones de los autores con respecto a la industrialización brasileña, con el objetivo de sacar a la superficie el diálogo entre ellos y, al mismo tiempo, ubicar las contribuciones que ofrecen para comprender dicha industrialización. Para ello, serán utilizadas obras fundamentales de estos autores, como: *A Revolução Brasileira* (2004), de Caio Prado Jr.; *Formação Econômica do Brasil* (2003) y *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), de Celso Furtado; *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) y *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (2008), de Florestan Fernandes; y *Obras Reunidas* (2005), de Ignácio Rangel.

Palabras clave: Industrialización brasileña. Caio Prado Júnior. Celso Furtado. Florestan Fernandes. Ignácio Rangel.

1 Introdução

É um traço comum dos grandes intérpretes brasileiros estabelecer complexos – e nem sempre explícitos – diálogos entre si, em geral concebidos a partir de fundamentos analíticos distintos. Ignácio Rangel, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes fazem parte de uma geração de pensadores que deixou um importante legado à compreensão do Brasil. Resgatar suas interpretações, assim como os diálogos entre eles, é essencial para tomarmos consciência do curso histórico do nosso processo de desenvolvimento. O fato de o Brasil ser um país subdesenvolvido pressupunha a existência de uma problemática que foi investigada por esses teóricos a fim de entender as raízes e desvendar as possibilidades históricas abertas à superação do subdesenvolvimento.

Dedicamos atenção especial a esses autores, porque é possível identificar intersecções em suas obras sobre alguns dilemas do país, por exemplo, a revolução brasileira, a questão agrária e a industrialização. Além disso, podemos verificar três fundamentos analíticos comuns utilizados por esses autores para examinar o Brasil: primeiro, a compreensão do país a partir das suas especificidades como nação, sem negar as ciências estrangeiras, mas adaptando-as de acordo com as nossas particularidades; segundo, o entendimento da nossa formação e evolução social em conexão com as relações externas e da posição periférica que ocupamos no sistema internacional; terceiro, o intuito de analisar o Brasil e o mundo em uma perspectiva totalizante, se afastando dos reducionismos teóricos e disciplinares tão em voga.²

² Artigo resultante da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Culturas e Identidades Brasileiras do IEB da USP. Nesta pesquisa, desenvolvemos de modo mais aprofundado as

O papel da indústria no desenvolvimento econômico do país fez parte das indagações desses e de outros acadêmicos, sobretudo pela importância que o setor adquiriu no processo geral de desenvolvimento capitalista brasileiro no século XX. Discutia-se, por exemplo, as possibilidades da industrialização no Brasil como um meio de superação do subdesenvolvimento. Contudo, era necessário analisar esse processo sob uma perspectiva singular, a partir das particularidades de um país periférico, diferindo da análise que se fazia dos países desenvolvidos, e também de maneira a não colocar a industrialização como um fim em si mesmo. Foi nessa perspectiva que um amplo debate foi se tecendo em torno de algumas questões fundamentais para se pensar o Brasil da nossa realidade e do contexto mais amplo do qual fazemos parte.

Desse modo, o objetivo deste artigo é contribuir para a discussão e análise acerca do desenvolvimento da industrialização brasileira a partir de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes e Ignácio Rangel, explorando alguns elementos de convergência e divergência de suas ideias e estabelecendo uma espécie de diálogo entre eles. Isso nos possibilitará, por exemplo, pensarmos sobre algumas questões fundamentais que cercam o nosso processo de industrialização, como o deslocamento do centro dinâmico da economia para o setor industrial, os avanços e limites da substituição de importações e os efeitos da presença das empresas internacionais no desenvolvimento da economia brasileira.

Para este percurso nos baseamos nas principais obras desses autores, porém atribuímos maior peso a obras específicas, sendo estas: *A revolução brasileira* (2004b), de Caio Prado Jr.; *Formação econômica do Brasil* (2003) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), de Celso Furtado; *A revolução burguesa no Brasil* (1975) e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008), de Florestan Fernandes; e as *Obras reunidas* (2005), de Ignácio Rangel.

2 A industrialização brasileira: diálogos

A avaliação de Caio Prado Jr. acerca de nossa industrialização estava estritamente relacionada à ideia central de seu pensamento, a saber: a economia brasileira continuava a se basear no fornecimento de produtos primários ao mercado exterior, e não nos interesses coletivos da nação. Assim, nos moldes em que se apresentavam, a indústria brasileira e o

contribuições e diálogos entre esses autores sobre alguns temas do desenvolvimento brasileiro, bem como os fundamentos analíticos comuns a esses autores para interpretar o Brasil.

mercado interno ainda não eram suficientes para criar um desenvolvimento nacional autônomo com bases sólidas e alterar seu caráter colonial.

A industrialização possibilitou grandes modificações na economia brasileira, o que representava um avanço em relação ao velho sistema colonial. Apesar disso, Caio Prado (2004b) considerava que esse sistema não havia se substituído por completo, mantendo-se a essência do passado:

Diversificou-se a produção do país, e essa diversificação o subtraiu do exclusivismo de algumas atividades voltadas para produtos primários de exportação. [...] Numa palavra, o mercado interno, antes inexpressivo e contando muito pouco como fator propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha nesse sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação. Isso sem dúvida constitui um considerável progresso e grande passo no sentido da integração nacional da economia brasileira. Mas é um progresso que, pela maneira como se realiza, ou se realizou até hoje, se anula em boa parte e se autolimita, encerrando-se em estreitas perspectivas (2004b, p. 91).

A diversificação da produção realizava-se de maneira paradoxal por meio de um processo em que se preservava a primazia da função exportadora, mantendo a economia dentro do enquadramento colonial. Acrescenta-se a isso a instalação crescente de empreendimentos estrangeiros na economia brasileira, os principais responsáveis por reforçar nossas deficiências econômicas. Foram eles “que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar” (PRADO JR., 2004b, p. 88).

Desse modo, apesar de o autor reconhecer um surto um tanto vigoroso no pós-guerra baseado, sobretudo, na industrialização por meio da substituição de importações, esse processo encontraria rapidamente seus limites, com tendência à estagnação nos anos 1960. A industrialização no Brasil não resultou em uma integração eficiente das atividades produtivas para atender ao consumo do conjunto da sociedade, mas, pelo contrário, concentrou-se no consumo restrito de parte da população.

Essa transformação foi agravada ainda pela presença das empresas internacionais, que ganharam importância crescente e conquistaram posições privilegiadas no interior da economia brasileira. O núcleo dinâmico da indústria brasileira passou a ser constituído por filiais de empresas internacionais em cuja órbita se guia boa parte da indústria brasileira mais expressiva. Apesar do estímulo provocado em um primeiro momento pelas iniciativas estrangeiras, estas reconduziram a economia brasileira à situação anterior, centrada na função exportadora que desequilibrava as contas externas e que, por sua vez, só fechavam com ajuda de exportações (PRADO JR., 1989).

Inclusive, Caio Prado (2004b) criticou o apoio dos comunistas ao presidente Juscelino Kubitschek (JK), porque o seu programa de desenvolvimento correspondia aos interesses do grande capital brasileiro e, em especial, internacional. A entrada de grandes grupos estrangeiros no Brasil era considerada um dos fatos mais notáveis da penetração do imperialismo na economia brasileira. A esquerda continuou a apoiar o projeto representado por JK com a candidatura do Marechal Lott em 1960.

É preciso notar que o autor privilegiou a esfera da circulação em sua análise, como deixou claro em *Formação do Brasil contemporâneo* (2004a, p. 228): “A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização”. Segundo Coutinho (1989, p. 116), o estoque de categorias marxistas que Caio utiliza não é muito rico, tendo pouco peso, por exemplo, o conceito de “modo de produção”, “o que deriva da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção.” O que é um erro se considerarmos que o modo de produção é uma categoria central de todas as formações sociais.

Uma das críticas nesse sentido também é realizada por Florestan Fernandes. Ele considera que Caio Prado, ao colocar o capital mercantil no núcleo da sua interpretação para compreender vários momentos da história brasileira – fundamental para a riqueza de sua obra –, acaba limitando sua própria análise. Caio Prado focalizaria de modo insuficiente nas transformações advindas do processo de industrialização, bem como nas relações entre o capital mercantil e o industrial e, posteriormente, com o financeiro. Para Florestan, há deslocamentos na economia que fizeram com que o capital mercantil perdesse sua posição hegemônica e determinante.³ E acrescenta que não se pode subestimar a industrialização, apesar de ser indiscutível que o Brasil continua a enfrentar problemas decorrentes do padrão de crescimento econômico herdado da fase anterior, aproximadamente entre 1875 e 1930.

Por sua vez, em *Formação econômica do Brasil* (2003), Celso Furtado considerou que o centro dinâmico da economia brasileira se deslocou para o mercado interno a partir da crise internacional de 1929, anteriormente preenchido pelo setor de exportação. Na depressão, ao manter-se a procura interna, que era maior que a externa, a produção interna passou a oferecer melhores oportunidades de inversão que a externa. Escreveu Furtado:

Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital [...]. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam

³ Prefácio de Florestan Fernandes para *História e desenvolvimento* (1989), de Caio Prado Jr.

impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvestiam no setor de exportação (2003, p. 205-206).

Em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1983), Furtado constatou que, em uma perspectiva histórica, o processo de industrialização brasileiro foi inicialmente induzido pelo crescimento e pela diversificação da procura global, ou seja, como resultado do desenvolvimento derivado do crescimento das exportações. Em uma segunda fase, a industrialização foi ocasionada pelas tensões estruturais geradas pelo impacto da crise do comércio internacional, que provocou uma insuficiência de produtos industriais. Para continuar a suprir uma demanda prévia existente, promoveu-se uma indústria no interior da economia na base da substituição de importações.

Além do deslocamento do centro dinâmico para o setor industrial, para Furtado, houve também uma mudança dos centros de decisão, outro fator igualmente importante na superação da estrutura colonial. À medida que avançam a industrialização e a tomada de consciência desse processo, os industriais e o mercado interno ganharam maior poder de decisão, o que conflitava — sem excluir a cooperação — com os interesses de grupos que se apoiavam no setor externo, em sincronia com o mercado internacional. Conforme os industriais ganhavam relevância, possibilitava-se uma política de industrialização. E, como um dos principais centros de decisão é o Estado, atribuiu-se a ele um dos papéis fundamentais dessa política.

Apesar da dinâmica industrialização observada no período, em especial nos anos 1950, para Furtado houve, durante os anos 1960, uma perda de velocidade do desenvolvimento do Brasil e de outros países subdesenvolvidos, com uma tendência à estagnação e ao esgotamento do processo de substituição de importações como fator impulsor. No caso brasileiro, esse processo foi acompanhado por permanentes desajustes entre as estruturas de oferta e demanda, aumento da pressão inflacionária e o agravamento das tensões sociais, com reflexos no plano político.

Apesar das diferenças, no que concerne ao entendimento do dinamismo da industrialização brasileira, tanto Caio Prado quanto Celso Furtado observaram a tendência à estagnação da economia brasileira e o esgotamento do processo de substituição de importações.

O surto relativamente vigoroso observado no pós-guerra, gerador de tantas ilusões “desenvolvimentistas”, e que se alimentou sobretudo da industrialização na base da produção substitutiva de artigos antes importados, alcançou seu limite muito cedo. Já em 1962 começou a esmorecer, para dar lugar, em seguida, à estagnação e às sérias dificuldades que o país atravessava no momento (1966). E o progresso conseguido, na perspectiva do mundo moderno e dos padrões de uma economia realmente desenvolvida, é mínimo (PRADO JR., 2004b, p. 160).

Florestan Fernandes (2008) parecia corroborar com a ideia de estagnação, apesar de defender o dinamismo da industrialização e afirmar que o polarizador do crescimento econômico na esfera industrial era a substituição de importações. Por meio dos empreendimentos estatais, do capital estrangeiro e da iniciativa nacional, passou-se da fase de produção de bens de consumo para a de bens de produção, penetrando na era da civilização industrial e da economia de escala. Porém, a substituição de importações fez com que esse modelo chegasse ao esgotamento de suas possibilidades em menos de quatro décadas.

Ainda em relação ao dinamismo da industrialização, enquanto Caio Prado considerava a economia brasileira ainda centrada na exportação de produtos primários, Furtado (1969), mesmo tratando da ideia da estagnação da economia nos anos 1960, fez a seguinte observação:

Ao iniciar-se o decênio dos anos sessenta, a oferta de produtos industriais no mercado brasileiro dependia em cerca de 90 por cento da produção interna. No que respeita aos bens finais de consumo, essa dependência era de mais de 95 por cento, sendo de cerca de 90 por cento no que concerne os produtos intermediários da indústria e de cerca de 80 por cento quanto aos bens de capital. Desta forma, a industrialização havia avançado consideravelmente no sentido de criação de um sistema industrial com um grau de diferenciação similar ao das economias altamente industrializadas (p. 214).

Mesmo diante desse dinamismo, é preciso salientar uma observação feita por Furtado em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974). Para ele, a economia brasileira pôde avançar seu processo de industrialização sem necessariamente abandonar as principais características do subdesenvolvimento, como a disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, grande massa de subempregados etc.

Ainda nessa obra, Furtado foi mais cauteloso ao se referir à crise dos anos 1960, considerando-a um período de relativa estagnação (1961-67), pois, em 1968, houve uma retomada do crescimento da produção industrial brasileira obtida por meio de uma política governamental muito bem-sucedida em atrair grandes empresas internacionais e fomentar a expansão das subsidiárias já instaladas no país. O governo orientou uma distribuição de renda para atender ao perfil de demanda atraente a essas referidas empresas, tentando reproduzir a cesta de bens de consumo dos países cênicos. No geral, houve um processo de concentração de renda para beneficiar os consumidores de bens duráveis, uma pequena parcela da população.

Antes, os sistemas nacionais foram importantes indutores do processo de industrialização, mas, na medida em que avançou a internacionalização da economia, ocorreu uma industrialização sob o controle das empresas internacionais na periferia, o que torna mais complexa a coordenação no plano interno dos centros de decisão no quadro das grandes

empresas (FURTADO, 1974). Isso contribuiu para acentuar ainda mais o fosso entre os países cêntricos e os periféricos no sistema internacional.

O avanço do processo de industrialização na periferia tende a acentuar o controle do sistema produtivo por firmas estrangeiras. Para Furtado, a dependência que se fazia pela imitação de padrões externos de consumo por meio da importação desses bens passou a ser realizada pela implantação dessas grandes empresas em países periféricos e dos padrões de consumo adotados. Contudo, acrescentou:

[...] esse controle direto por grupos estrangeiros, do sistema produtivo dos países periféricos, não constitui um resultado necessário na evolução da dependência. É perfeitamente possível que uma burguesia local de relativa importância e/ou uma burocracia estatal forte participem do controle do aparelho produtivo e mesmo mantenham uma posição dominante nesse controle. Em alguns casos essa predominância de grupos locais pode ser essencial a fim de assegurar o rígido controle social requerido para fazer face a tensões originadas pela crescente desigualdade social. Contudo, o controle local, ao nível da produção, não significa necessariamente menos dependência, se o sistema pretende continuar a reproduzir os padrões de consumo no centro (FURTADO, 1974, p. 89).

No entanto, a experiência demonstrou que os grupos locais que participaram da apropriação do excedente, no quadro da dependência, dificilmente se afastaram da visão de desenvolvimento como reprodução dos padrões de consumo dos países cêntricos (FURTADO, 1974). Se, por um lado, é perfeitamente possível a convivência das grandes empresas com uma orientação interna do processo de desenvolvimento, por outro, torna-se complexa uma orientação nesse sentido ao considerarmos a ampliação do poder das grandes empresas e as dificuldades internas em coordenar os interesses nacionais.

Para Florestan Fernandes (2008), na era do capitalismo monopolista, as burguesias das sociedades capitalistas dependentes correm o risco de serem batidas e ultrapassadas pelos efeitos da internacionalização da economia e de se converterem nas principais vítimas da identificação com o capitalismo dependente, complicando as possibilidades para romper com esse estado de coisas — ainda que isso não seja impossível.

Além disso, acrescentava o autor, a substituição de importações parecia, em muitos aspectos, um processo de “substituição de empresas e empresários” em que as empresas internacionais têm demonstrado interesse no mercado brasileiro nas seguintes condições:

a) quando ele se mostra vantajoso para a colocação de certos produtos; b) em virtude da própria competição delas entre si, no nível do mercado internacional. Nas duas hipóteses, a instalação dentro do país provoca a referida substituição, pouco sentida até agora por causa da multiplicidade de oportunidades que se abrem à atuação empresarial (FERNANDES, 2008, p. 128).

Esse processo submetia os centros de decisão internos ao impacto das organizações internacionais. E esse impacto no plano econômico, ao que parece, pôde ser diluído a partir de um crescimento econômico acelerado, em um ritmo que poderia ter sido prematuro nas condições da iniciativa privada nacional. Ao contrário, no plano político, ocorreu uma perda de autonomia econômica para os centros estrangeiros, que passaram a processar *a partir de dentro*, ao contrário do que ocorria antes, *a partir de fora*, por exemplo, com a grande lavoura exportadora (FERNANDES, 2008). Note-se aqui a proximidade de Florestan Fernandes com Furtado em relação a ideia de “centros de decisão”.

No que se refere à relação entre Furtado e Rangel, ambos entendiam a industrialização brasileira como um processo inserido no esforço nacional de substituição de importações associado ao movimento mais amplo da economia mundial, como a Grande Depressão no período entre as duas Guerras Mundiais. Também concordavam com a tese de deslocamento do centro dinâmico da economia do setor externo para o setor interno. Essa concordância deriva da influência do pensamento cepalino na formação desses autores.

Contudo, é necessário salientarmos que o desenvolvimento da economia brasileira – subdesenvolvida, periférica e reflexa – manifesta-se, alternadamente, por movimentos de crescimento para fora e para dentro, acompanhando os ciclos econômicos de Nikolai Kondratiev e Clément Juglar. O movimento cíclico assume papel fundamental para Rangel na análise do desenvolvimento brasileiro.⁴ Nesse quesito, parece haver uma convergência com Furtado, como aponta a citação abaixo:

Vários economistas brasileiros têm procurado enquadrar os períodos de subutilização de capacidade produtiva, que se podem identificar no correr dos últimos três decênios, numa visão cíclica do processo de desenvolvimento. Não há dúvida de que toda economia capitalista que se desenvolve com base no mercado interno tende a apresentar fases de aceleração das inversões, que levam necessariamente a outras de desaceleração e, ocasionalmente, de contração. Contudo, os ciclos a que se refere a teoria econômica, desde a época de Juglar, dificilmente podem apresentar-se em economias dominadas por oligopólios e com forte participação do Estado nos investimentos e na formação da demanda efetiva. As fases da subutilização de capacidade produtiva, que se observam na economia brasileira no pós-guerra, não parecem ter caráter recorrente, pois não se explicam sem cuidadoso estudo dos desajustes estruturais ocorridos. O ciclo como hipótese explicativa é de caráter a-histórico e pouco nos ajuda a captar a especificidade das tensões estruturais que se apresentam no contexto brasileiro. Tenham ou não caráter de recorrência cíclica, essas tensões estruturais sempre terão de ser estudadas como um aspecto da morfogênese

⁴ Para Rangel, os ciclos longos (Kondratiev) exerciam influências diferenciadas sobre a periferia na medida em que se alternavam os períodos de expansão e recessão da economia dos países centrais. Para compreender melhor a teoria dos ciclos e sua influência na análise do autor, ver *A história da dualidade brasileira* (1981).

das estruturas econômicas brasileiras na fase de formação do sistema industrial (RANGEL, 1981, p. 32).

Furtado citou alguns autores no seu entendimento da visão cíclica do desenvolvimento recente da economia brasileira, incluindo Maria Conceição Tavares e Pedro Malan, mas não Ignácio Rangel, que pode ser considerado o autor que melhor fundamentou a teoria dos ciclos no caso brasileiro e influenciou os demais. Para Rangel, mais do que qualquer outro, os movimentos cíclicos assumem, ao longo de sua obra, papel de categoria explicativa fundamental para analisar o desenvolvimento do Brasil, como a relação dos ciclos juglarianos e a dinâmica industrial, responsáveis pela formação de setores industriais com capacidade ociosa e antiociosa.

Em relação ao processo de substituição de importações, urge destacar a visão de Rangel, que não o considerava uma particularidade da industrialização. Pelo contrário, teria ocorrido em momentos anteriores até atingir seu caráter industrial. A substituição de importações se dava na medida em que havia o fechamento do mercado externo para os nossos produtos. A partir dos movimentos cíclicos de Kondratiev, ora nossa economia se concentrava na expansão das exportações, ora na busca de maior medida de autarcização. O que muda é o modo como ocorre o aumento das exportações ou da substituição de importações em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado.

Para Rangel, na primeira metade do século XIX, com a integração da economia e da sociedade brasileira ao exterior com a Abertura dos Portos e a primeira crise de Kondratiev, houve um esforço de substituição de importações sob a forma específica de diversificação da atividade produtiva no interior da fazenda de escravos, aumentando o produto destinado ao autoconsumo e diminuindo a parte exportável. Na segunda crise de Kondratiev, na segunda metade do século XIX, estruturaram-se as substituições no quadro urbano por meio do desenvolvimento de atividades artesanais de transformação e construção civil, uma produção mercantil ou pré-industrial. Nas duas ocasiões, nossas atividades internas eram incapazes de dinamismo próprio, adquirindo-o a partir da terceira crise de Kondratiev, na primeira metade do século XX, com a industrialização.

Furtado (1983) reconheceu que a definição de substituição de importações que utilizava era particularmente restritiva e que, no sentido mais amplo, era possível admitir que há substituição toda vez que ocorre uma contração das importações e a procura é atendida com produção local, podendo ocorrer também com elevação do coeficiente de importações. Essa observação foi feita pelo autor ao considerar o período da industrialização brasileira, não

deixando claro se concordava com a hipótese de substituição de importações em períodos anteriores, como fez Rangel.

Outra análise de Rangel (1969/2005) que o diferencia dos demais é que ele considerava um grave erro supor uma determinação do ponto em que se encerra o processo de substituição de importações. Não se trata de considerá-lo eterno, mas seria preciso escapar à tendência de supor que qualquer crise do crescimento econômico e do esforço de formação de capital levaria ao esgotamento do processo de substituição de importações.

A substituição industrial de importações foi vencendo, a longo prazo, algumas etapas. Primeiro, cumpriu a industrialização do setor de bens de consumo. Depois, tivemos a industrialização do setor de bens de produção e, por último, teríamos os serviços de utilidade pública. Formalmente, o último caso não diz respeito a substitutivos de importações, o que leva alguns autores a considerarem o fim desse processo. “O fato, porém, é que atendem a um incremento da demanda interna, primariamente ou não, ligado às importações” (RANGEL, 1990). Ou seja, trata-se de um prolongamento do processo, pois corresponde ao atendimento de uma demanda efetiva criada pelo próprio esforço de substituição de importações. Mais ainda, não se limita às etapas indicadas. Ao lado da sequência que começa com bens de consumo, passa por bens de produção e chega a serviços de utilidade pública,⁵ um “segundo fluxo de demandas derivadas começa a manifestar-se, associado às mudanças sociais (notadamente à urbanização), à redistribuição geográfica da população e da atividade econômica etc.” (RANGEL, 2005, p. 612).

Somente depois de encerrada a etapa dos serviços de utilidade pública por meio das concessões de serviços públicos à iniciativa privada e do coroamento do capitalismo financeiro nacional, dependente de mudanças institucionais, é que findaria a industrialização substitutiva de importações. Desse modo, o esgotamento da industrialização por substituições de importações estava longe de ocorrer, contrariando a visão dos “estagnacionistas” dos anos 1960.

Rangel entendia que o “desequilíbrio” é próprio do desenvolvimento brasileiro. Por exemplo, o movimento industrial teve um êxito enorme, mas sempre foi unilateral. Cuidamos em criar, durante muito tempo, apenas uma indústria de bens de consumo sem um parque industrial de bens de produção, que existia somente na forma pré-industrial. Esse movimento preparou um novo desequilíbrio, porque um parque industrial não poderia depender exclusivamente de bens de produção importados.

⁵ Para que fossem cumpridas essas etapas eram necessárias mudanças institucionais. Em relação aos serviços de utilidade pública era mister o coroamento do capitalismo financeiro.

A partir dos anos 1950, o Estado buscou compensar esse desequilíbrio criando sua própria indústria de bens de produção. As medidas institucionais que antes impediam o estímulo à produção interna de bens de produção foram substituídas por medidas que a estimulavam, como a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). O clima foi tão propício para o setor de bens de produção “que o capital estrangeiro, tão arredo em toda a primeira etapa de nossa industrialização, interessou-se pela segunda etapa, e tão bem se houve, que quase assumiu o controle de todo o parque” (RANGEL, 2005, p. 183). Iniciavam-se, assim, novos desequilíbrios e cabia à programação brasileira identificar quais deles eram os mais maduros para solução.

A segunda etapa de nossa industrialização se fez sob o comando externo, o que abriria a porta para o desequilíbrio no balanço de pagamentos, com a remessa de lucros e repatriações de capital. O Plano de Metas, por meio do Estado, impulsionou o crescimento de um pequeno número de empresas, principalmente estrangeiras, que emergiram como as empresas vanguardas da economia brasileira e reduziram o restante das empresas à condição marginal, apesar de possuírem uma enorme capacidade ociosa. Rangel não acreditava que fosse viável o controle da remessa de lucros para diminuir a pressão sobre o balanço de pagamentos. No período, defendia a introdução de uma tributação progressiva que reduziria a massa de recursos a remeter, permitindo ao Estado captar uma parte dos lucros das empresas de vanguarda e, assim, possibilitaria melhores condições para o desenvolvimento nacional das empresas marginais.

Uma incursão na obra de Ignácio Rangel nos permite dizer que são raras as referências às empresas estrangeiras, diferente de Furtado, Caio Prado e Florestan Fernandes, que analisaram a atuação das multinacionais e observaram os efeitos da instalação dessas empresas na economia nacional — o que, em algumas ocasiões, levaria a posições contrárias à presença das multinacionais no país, como foi o caso de Caio Prado. Em alguns poucos artigos escritos nos anos 1980, Rangel trata do papel das multinacionais no desenvolvimento brasileiro. Em um artigo de 1988, ele discutiu a relevância da conceituação de empresa nacional pela Constituinte como parâmetro essencial para a definição de uma política econômica e fez a seguinte consideração:

O que importa basicamente saber é a medida em que cada empresa integra na economia nacional brasileira, para trás e para diante, isto é, através dos seus insumos e dos seus produtos. Em primeiro lugar, trata-se de saber em que moeda a empresa incorre em seus custos e auferir sua receita. É essencialmente a moeda que marca os limites da economia nacional, visto como todas as relações com outras economias passam por uma operação cambial, que reflete o estado geral das contas entre o país e outros países integrantes do chamado “resto do mundo” (RANGEL, 1988, p. 2).

Rangel considerava ainda que poderia haver empresas que pertenceriam a brasileiros e que não seriam nacionais, assim como empresas pertencentes a estrangeiros que se integrariam de tal modo à economia nacional e que, portanto, deveriam ser tratadas como empresas nacionais. Ainda naquela conjuntura de crise econômica, as multinacionais possivelmente eram o principal contingente de empresas carregadas de capacidade ociosa e, portanto, de interesse da economia nacional.

Mais importante que a confusão que se estabeleceu em relação à atuação das empresas estrangeiras no país, Rangel dedicou maior atenção à reorganização do comércio exterior. Era preciso concentrar o comércio exterior nas mãos do Estado para viabilizar a instituição do planejamento sob a forma da vinculação das exportações com as importações, isto é, do bilateralismo. O comércio exterior é visto como uma das variáveis estratégicas do desenvolvimento, sobretudo em se tratando de uma economia periférica e de suas relações externas com os países cêntricos. Defendia a transformação do comércio exterior em atividade pública e da intervenção cada vez mais planejada do Estado nesse setor por meio do seu monopólio. Essa intervenção aparecia de forma acidental em razão de circunstâncias históricas, mas, uma vez que se transformasse numa ação de planejamento do Estado, teria a capacidade de acelerar o desenvolvimento das forças produtivas. Um dos instrumentos mais eficientes dessa planificação seria a manipulação do câmbio em favor do desenvolvimento nacional e contrário, portanto, ao câmbio regido pelas leis do mercado.

Em *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), Caio Prado afirmou que os elementos fundamentais do sistema colonial da economia brasileira se entrosam no setor das relações financeiras internacionais e é nele que se situam as principais alavancas do funcionamento desse sistema e da economia brasileira como um todo. Qualquer modificação do sistema deverá, portanto, interferir nelas com o objetivo de transformá-las a partir de um controle total das transações externas do país, o que somente é possível por meio do monopólio do comércio exterior. Acrescenta:

A evasão de divisas de um lado, e o desperdício delas, de outro, são inevitáveis em qualquer regime, por mais rigoroso que seja, de liberdade comercial nas transações com o exterior; e não estamos em condições de nos dar ao luxo de desprezar e dispensar a menor parcela dos créditos exteriores do país que já são limitados para o que deles precisamos na tarefa da reconstrução econômica que se propõe (PRADO JR., 1954, p. 234).

O monopólio do comércio exterior era visto como um importante instrumento para controlar a ação do imperialismo que criaria as condições para superar o atraso da economia

brasileira. Uma das diferenças em relação a Rangel no que concerne ao comércio exterior era que Caio Prado (2004b, p. 193) propunha a necessidade de limitar ao máximo e considerava “até mesmo a supressão completa da transferência para o exterior dos lucros e outras formas de remuneração das empresas estrangeiras que operam no Brasil”, ou seja, das remessas de lucros. Por sua vez, Rangel defendia uma tributação progressiva para canalizar tais recursos para o Estado e possibilitar o desenvolvimento das empresas marginais.

3 Considerações Finais

Para Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes e Ignácio Rangel, a compreensão do Brasil deveria se basear nas peculiaridades do país e de seu povo ao invés de importar modelos analíticos e teóricos estrangeiros, que eram empregados mecanicamente no contexto brasileiro. Isso resultava em avaliações e estratégias de desenvolvimento que não eram compatíveis com a realidade do Brasil. A trajetória dos países desenvolvidos não deveria ser tomada como modelo ideal para superarmos o nosso subdesenvolvimento. Ou seja, era necessário construir uma estratégia com base nas nossas especificidades, partindo de um novo paradigma de interpretação da economia brasileira. O objetivo de interpretação teórica da realidade veio desse modo juntar-se ao interesse de provocar maiores transformações nessa mesma realidade.

Além dessa contribuição metodológica oferecida pelos nossos intérpretes para pensar o país, dois outros fundamentos analíticos comuns são utilizados. Primeiro, a análise da nossa formação social e econômica em conexão com as relações externas e da posição periférica que ocupamos no sistema internacional. Segundo, a compreensão do Brasil e do mundo em uma perspectiva totalizante. Desse modo, as análises produzidas por esses autores do processo de industrialização brasileiro partem desses fundamentos analíticos para, a partir daí, construir interpretações originais para compreender a complexidade da nossa realidade.

Partindo dessas contribuições, mais que destacar a análise de alguns elementos de divergência entre elas, cabe notar que os fundamentos analíticos e a agenda de perguntas que dialogam entre si são centrais para se pensar a industrialização brasileira e permanecem essenciais, a nosso ver, ainda na atualidade. Poderíamos, por exemplo, analisar as profundas mudanças pelo qual o Brasil passou nas últimas décadas do século XX, diante das transformações mais amplas da economia mundial. O grau de autarquia alcançado pela nossa economia teria que ser modificado, sendo necessário promover uma programada reabertura.

Entretanto, nessa matéria, como em diversas outras, isso ocorreu de modo bastante equivocado, pois nossas relações externas foram entregues ao comando da fabulosa “mão invisível”, expondo nossa economia a um *dumping* por parte dos países desenvolvidos.

Nosso país foi conduzido a uma situação de extrema gravidade. O Estado brasileiro perdeu o rumo, e seus instrumentos de controle e comando foram seriamente danificados. À medida que avança a internacionalização e a industrialização brasileira fica mais dependente das empresas internacionais, que ganham importância crescente e conquistam posições privilegiadas na economia, a coordenação dos interesses nacionais se tornava mais complexa. Isso não necessariamente deveria resultar em uma exclusão das multinacionais do desenvolvimento industrial, mas sim orientá-las de acordo com os interesses da economia nacional. Por outro lado, sem uma compreensão da dinâmica cíclica e dos desequilíbrios do desenvolvimento industrial brasileiro, ficava mais difícil a resolução dos principais entraves de que nossa economia carecia. Assim, o parque industrial que havíamos equipado foi sendo desmantelado setor após setor. E isso depois de termos alcançado uma das taxas mais altas de crescimento econômico e de construir uma indústria e um mercado interno entre os maiores do mundo.

A abertura comercial e financeira indiscriminada fez com que nossa economia ingressasse de maneira subordinada no mercado financeiro internacional e nossa indústria, tendo em vista esse processo, passou a enfrentar grandes desafios que, no geral, contribuíram para a perda do seu dinamismo. Nesse sentido, a necessidade de se compreender as relações financeiras internacionais e de entender que nelas é que se encontram as principais alavancas do funcionamento da economia brasileira como um todo poderia resultar em estratégias que as transformasse a partir do monopólio do comércio exterior. A ação planejada e a participação efetiva do Estado no comércio exterior eram vistas como um importante instrumento para controlar a ação do imperialismo e criaria as condições para impulsionar o desenvolvimento industrial brasileiro.

Diante desse cenário, poderíamos dizer que as contribuições desses pensadores que analisaram os problemas centrais do desenvolvimento econômico capitalista brasileiro não foram consideradas a ponto de ampliar e aprofundar o debate sobre os novos rumos da economia e sociedade brasileiras. Por exemplo, a retomada de nosso desenvolvimento industrial estava e está subordinada à ação do Estado e das classes sociais que a compõem, ou seja, os problemas econômicos brasileiros devem ser analisados junto aos fatores políticos e sociais. Não se tratava de uma crise circunscrita ao setor econômico, mas de uma crise que penetrou o

sistema nacional. No entanto, essa compreensão não parece ter merecido a devida importância já que muitas das ideias que passaram a dominar o ambiente político nacional se reduziram aos fatores estritamente econômicos e estão sob a forte influência de organismos e grupos hegemônicos internacionais.

Por fim, podemos alertar para a existência de outras contribuições desses autores, que necessitam ser explorados para alcançarmos as possibilidades explicativas que oferecem ao entendimento da industrialização brasileira. As contribuições desse diálogo são enormes – nossa intenção foi apenas contribuir com algumas reflexões. Os dilemas brasileiros, bem como suas interpretações, permanecem fundamentais para refletirmos sobre os problemas que afligem o nosso país.

Referências

COUTINHO, C. N. Uma via 'não clássica' para o capitalismo. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª edição revista. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lia, 1969.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009. Publicado originalmente em 1961.

PRADO JR., C. **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1954.

_____. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 7ª reimpressão da 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **A revolução brasileira**. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004b. Publicado originalmente em 1966.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 1, n. 4, out/dez, 1981.

_____. A conceituação de empresa nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1988.

_____. A era das substituições. **Economia em debate**, n. 02, ano 01, 1990.

_____. A dualidade básica da economia brasileira. In: **Obras reunidas, vol. 1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Publicado originalmente em 1957.

_____. O Desequilíbrio. In: **Obras reunidas, vol. 2**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Publicado originalmente em 1960.

_____. Desenvolvimento industrial do Brasil e suas características dominantes. In: **Obras reunidas, vol. 2**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Publicado originalmente em 1969.

_____. Dualidade e “escravismo colonial”. In: **Obras reunidas, vol. 2**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Publicado originalmente em 1978.